

Do Programa Mulheres Mil ao Pronatec: uma análise das interfaces entre o perfil socioeconômico das mulheres e sua inserção no mercado do trabalho¹

From Thousand Women Program to Pronatec: an analysis of the interfaces between the socioeconomic profile of women and their insertion in the labor market

Nilva Celestina do Carmo*

Maria das Dores Saraiva de Loreto**

Gustavo Bastos Braga***

Resumo: Neste trabalho discutiram-se questões relativas à associação entre o perfil feminino do Programa Mulheres Mil (PMM) e sua inserção no mercado de trabalho, considerando dois tipos de gestão do programa: PMM, de 2011 a 2013, e Programa Pronatec Mulheres Mil, de 2014 a 2015. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem quantitativa, por meio do software PSPP, com dados extraídos dos questionários do Perfil Socioeconômico e da Avaliação das Mulheres participantes do programa, vinculado ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – campus Barbacena, que foram analisados pela regressão logística binária e pelo teste qui-quadrado. Os resultados evidenciaram que a vinculação do Programa Mulheres Mil ao Pronatec foi significativa, pela absorção de mulheres mais vulneráveis. Entretanto, constatou-se que o ingresso no mercado laboral independe do processo de gestão do programa, mas, sim, do nível de escolaridade feminino e da renda familiar, que interferem no aumento das capacidades e oportunidades sociais.

Palavras-chaves: Política pública. Perfil Feminino. Mercado laboral.

Abstract: In this work, we discussed issues related to the association between women's profile of the Thousand Women Program (PMM) and their insertion in the labor market, considering two types of program management: PMM from 2011 to 2013 and PRONATEC-Thousand Women Program, from 2014 to 2015. For this, a quantitative approach was used, through PSPP software, with data extracted from the "Socioeconomic Profile" and "Women's Assessment" questionnaires,

¹ O artigo faz parte da dissertação de mestrado da primeira autora, que contou com o apoio financeiro e logístico do CNPq, da FAPEMIG e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

* Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, 36576-356 – Viçosa, MG. E-mail: nilva.carmo@ifsudestemg.edu.br.

** Professora convidada da Universidade Federal de Viçosa.

*** Professor adjunto do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

participants of the Program, linked to the Federal Institute of the Southeast of Minas Gerais - Campus Barbacena, which were analyzed by binary logistic regression and chi-square test. The results showed that the connection of the Thousand Women Program to PRONATEC was significant by the absorption of the most vulnerable women. However, entry into the labor market is independent of the management process of the program, but of the level of female education and family income, which interfere with the increase of social capacities and opportunities.

Keywords: Public Policy. Female profile. Labor market.

Recebido em: 30/04/2018. Aceito em: 16/05/2019

Introdução

De acordo com Reis e Freitas (2016), a inserção e a permanência da mulher no mercado de trabalho podem ser influenciadas pelo seu perfil pessoal e familiar, e possibilitam avanços significativos para a emancipação feminina e manutenção da renda familiar. Para as autoras, os desafios atribuídos a esses avanços apontam a necessidade de intensificar as ações de combate a toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher, buscando-se maior visibilidade e valorização do trabalho feminino.

Reconhece-se, entretanto, que as atividades desempenhadas pelas mulheres têm sido subvalorizadas, em relação às exercidas pelos homens, pois, mesmo com seu aumento significativo, que alcança mais de 40% da população ocupada no Brasil, e com níveis de escolaridade mais elevados, elas se encontram inseridas em ocupações mais vulneráveis, com taxas maiores de informalidade e precariedade, marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelos rendimentos inferiores ao do segmento masculino (CORCETTI et al., 2018).

Nesse contexto, foram implantadas políticas públicas com recorte de gênero², visando ao enfrentamento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, e dentre essas políticas relacionadas à inclusão social e profissional feminina insere-se o Programa Mulheres Mil (PMM). Segundo Brasil (2014), o projeto-piloto do PMM, desenvolvido a partir de uma Cooperação Internacional

entre Brasil e Canadá³, no período de 2007 a 2011, objetivava a elaboração de ações educativas por meio de cursos de Formação Integrada Continuada (FIC), para mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social, em 13 estados brasileiros. Seu resultado positivo levou, em 2011, o Ministério da Educação (MEC) a instituir nacionalmente o programa, como uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria⁴, visando oferecer as bases de uma política de inclusão social e com recorte de gênero, baseando-se nas seguintes diretrizes: acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher. Para tanto, fez uso de uma nova metodologia, Sistema de Acesso Permanência e Êxito, em substituição ao Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), estilizado pelos *Colleges* Canadenses, para atender à realidade brasileira.

Essa identidade do PMM, além de possibilitar a articulação entre um conjunto de ações

² Conforme Corcetti et al. (2018), o gênero pode ser visto como um construto discursivo, utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, algo que é produzido, e não um fenômeno natural ou biológico, referindo-se exclusivamente às identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

³ Em 2007, iniciou-se o processo de implantação do PMM, com o objetivo principal, àquela época, de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas em 12 estados do Norte e Nordeste do Brasil. Esse projeto-piloto tinha o intuito de potencializar a qualificação profissional e melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, de suas famílias e da comunidade onde estavam inseridas. Esse processo contou com diversas parcerias, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), visando, principalmente, à construção de redes educacionais locais (BRASIL, 2017).

⁴ Brasil Sem Miséria é um programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidente Dilma Rousseff. Lançado em junho de 2011, o programa tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$70,00 por mês. O Brasil Sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do governo Lula (conhecido por Bolsa Família). Fonte: disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_sem_Mis%C3%A9ria>.

para consolidar as políticas públicas e as diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, com foco definido na promoção de uma formação educacional, profissional e tecnológica, tem condições de alterar a trajetória de vida feminina, por meio da elevação de escolaridade, do acesso ao mundo do trabalho, do estímulo ao empreendedorismo, da economia solidária, da empregabilidade e da emancipação. (BRASIL, 2017).

Como advento da Portaria Ministerial nº 168/2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o PMM, executado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sofreu uma alteração em seu processo de gestão, derivado do fluxo político, quando passou a ser desenvolvido pelo Pronatec. A partir desse marco legal, por meio do Ofício Circular nº 51/2013, de 10 de julho de 2013, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) orientou as instituições ofertantes sobre a transição do PMM para o Pronatec. Além da transição, houve alterações relacionadas ao público-alvo e à gestão dos procedimentos, à forma de oferta e carga horária dos cursos e, inclusive, à implementação da Metodologia Brasileira do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Assim, pode-se considerar que houve um reajuste dessa política pública aplicada à educação e formação profissional, mantendo o público-alvo e os objetivos inicialmente propostos.

Para Araújo (2015), a definição de política pública é um conceito abstrato, cuja materialização se torna possível por intermédio de vários instrumentos. Desta forma, a autora argumenta que o PMM é um instrumento criado pelo Estado,

[...] com o intuito de possibilitar uma “discussão de caráter mais conceitual sobre relações de gênero e os enfoques da elaboração feminista, contemplando as diversas faces da opressão das mulheres que fundamentam as relações sociais, de modo que pela educação possa vislumbrar a cidadania (ARAÚJO, 2015, p. 31).

Entretanto, considera-se que a metodologia do PMM, ao privilegiar as experiências e a aprendizagem prévia das mulheres, tem oferecido cursos de curta duração e mais associados à domesticidade, com baixo impacto na

elevação do nível de escolaridade e acesso ao emprego, embora tenham produzido aumento da autoestima e integração social, como apontam diversos estudos, por exemplo, os de Oliveira (2013), Ribeiro (2013), Lagos (2014) e Mendes e Silva (2015),

Desse modo, o objetivo do presente artigo foi verificar a associação entre o perfil das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho, levando em consideração o processo de gestão, isto é, a evolução do PMM para o Pronatec. Especificamente, buscou-se: a) comparar o perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres beneficiárias do PMM e do Pronatec; b) examinar se a vinculação do PMM ao Pronatec possibilitou às participantes melhores condições para a inserção no mercado de trabalho; e c) analisar a associação entre o perfil socioeconômico das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil e sua inserção no Pronatec, bem como no mercado de trabalho.

Referencial de literatura

A revisão de literatura centrou-se na discussão sobre a construção e execução do Programa Mulheres Mil, como política pública educacional brasileira, com recorte de gênero.

Na visão de Prezotti Filho (2014), todas as conquistas que permitiram às mulheres se tornarem sujeito no processo de emancipação política, econômica e social feminina representaram um expressivo avanço ao longo do século XX. No Brasil, a sociedade também sofreu mudanças significativas em suas relações sociais, em consonância com as influências mundiais. Porém, os direitos femininos conquistados e a transição de uma sociedade patriarcal não vêm ocorrendo na mesma equivalência, ao considerar que as conquistas históricas, como o direito ao voto, a elevação do nível de escolaridade, a inserção no mercado de trabalho e a inclusão social, não se aplicam a todas as sociedades, tendo em vista as situações de submissão, desrespeito e exclusão que ainda são impostas às mulheres.

De acordo com Campos (2015), no sentido de minimizar esse descompasso no Brasil, iniciou-se, em 2005, o processo de implantação do Programa Mulheres Mil (PMM), tendo como objetivo principal, àquela época, promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas,

em 12 estados do Norte e Nordeste do Brasil. Esse projeto-piloto tinha o intuito de potencializar a qualificação profissional e melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, de suas famílias e da comunidade onde estavam inseridas. Esse processo contou com diversas parcerias, incluindo a dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), visando, principalmente, à construção de redes educacionais locais.

Em função dos impactos positivos alcançados pelo projeto-piloto, em 2011, o PMM foi instituído nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), quando passou a oferecer cursos profissionalizantes às mulheres, a partir de 16 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza, privilegiando temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando, assim, promover a inclusão favorável, a mobilidade no mercado de trabalho e o alcance da cidadania. Para isso, conforme a cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria: Mulheres Mil (BRASIL, 2014, p. 4), o PMM foi “estruturado em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável”, sendo formulado para contemplar o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de uma equipe multidisciplinar, capacitada para encaminhar o alunado não tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados.

Com base no que foi exposto, pressupõe-se que haja uma associação entre política educacional e inclusão social, tendo em vista que a inclusão social pode ser conceituada, como propõem Alvino-Borba e Mata-Lima (2011, p. 222), como: “Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem”.

A inclusão social, geralmente, acontece por meio das políticas públicas, uma vez que essas constituem uma das formas de enfrentamento dos conflitos sociais, como explicita Rua (2009). Segundo a autora, a diferenciação social é uma das características das sociedades modernas que conduz a relacionamentos complexos, com

diferentes padrões de interação, que podem culminar em cooperação, competição e conflitos. Considerando que a cooperação e a competição possuem condições agregadoras, o conflito, por sua vez, necessita ser administrado e mantido em um limite necessário ao bem-estar coletivo. Essa administração do conflito se orienta estrategicamente pela política, que admite vários outros mecanismos, que têm a função de resolvê-lo pacificamente.

Sendo assim, a autora destaca a distinção entre uma política pública e uma decisão política na solução dos conflitos, evitando a ruptura dos laços de coexistência coletiva, como:

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão isolada, além de requerer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. [...] A decisão política, por sua vez, corresponde a uma escolha entre várias alternativas, segunda a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis num contexto de relações de poder e conflito. [...], embora uma política pública implique em decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA; ROMANINI, 2013, p. 7).

Para Secchi (2013), o que determina a essência conceitual de uma política pública é a sua intervenção para resolver um problema considerado relevante para a sociedade, capaz de mobilizar ações políticas. Dentro dessa assertiva, o PMM passa por uma trajetória que integra as ações previstas no Plano de Políticas para Mulheres, nas temáticas: igualdade de gênero e autonomia econômica, culminando no acordo internacional entre o Brasil e o Canadá, em 2007. A trajetória do PMM está na dependência da agenda política, que, conforme Secchi (2013, p. 36), “consiste em um conjunto de problemas ou temas que uma comunidade política percebe como merecedor da intervenção pública”.

Durante a trajetória de implementação do PMM, os períodos que correspondem a 2011, quando o PMM foi instituído nacionalmente, e 2013, com a sua integração ao Pronatec, constituem o percurso da política. Segundo Kindgdon (1984), esse processo pode se modificar pelas “janelas de oportunidades” ou *policy windows*,

que consistem na combinação de três fluxos, que interferem na entrada de novos problemas na agenda decisória, que são: fluxo de problemas (*problem stream*), percebidos a partir de indicadores, eventos, crises e símbolos, ou no *feedback* de ações governamentais; fluxo de soluções e alternativas (*policy stream*); e fluxo político (*politics stream*), derivado de “clima” ou “humor” nacional, forças políticas organizadas ou grupos de pressão, bem como de mudanças no interior do próprio governo.

De acordo com Dalfior et al. (2015), em algum momento esses fluxos podem convergir, criando as “janelas de oportunidade”, que possibilitam a formação de políticas públicas ou mudanças nas políticas existentes. Na opinião dos autores, existem janelas previsíveis, resultantes de eventos regulares e permanentes, e também janelas que se abrem devido a situações episódicas, como é caso do PMM, como destaca Damasceno (2017):

Nessa perspectiva, voltada para a inclusão educacional e produtiva através da qualificação profissional, o PMM a partir do ano de 2014, numa parceria entre o MDS e o MEC, passou a ser integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, com a finalidade de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2011a). Ação esta contemplada como meta do PNMP (2013-2015), que busca garantir que, no mínimo, a metade dos beneficiários da Bolsa-Formação do PRONATEC sejam mulheres (DAMASCENO, 2017, p. 63-64).

Assim, visando ampliar as ofertas de cursos profissionalizantes, foram criados os Institutos Federais de Educação (IFs) e a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que define um novo marco legal e histórico sobre a educação profissionalizante no Brasil, tendo a inclusão escolar como uma das suas premissas básicas (SILVEIRA; SILVEIRA, 2014). Esse movimento educacional se fundamenta na inclusão escolar e social e tem como objetivo ofertar educação para todos e aumentar a empregabilidade.

Nessa perspectiva, como forma de ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres

com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade e violência, em 2013 o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil dentro da proposta do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que foi criado pelo governo federal, em 2011, por meio da Lei nº 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País. Ou seja, o Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens e trabalhadores, tendo como referência os usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e como base o Programa Bolsa Família, no contexto da Política de Proteção Social Básica. O programa oferece aos alunos o recebimento de uma Bolsa-Formação, que está dividida em Bolsa-Formação Estudante, destinada aos alunos dos cursos de educação técnica de nível médio, e Bolsa-Formação Trabalhador, voltada para beneficiários dos programas de transferência de renda e alunos dos cursos do nível de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (BRASIL, 2017).

Esse objetivo de ampliação das oportunidades educacionais e produtivas conjugava com as metas do PMM, o que permitia o apoio político e, também, resolvia um dos problemas do programa, que era a dependência de mão de obra voluntária, pela falta de recursos financeiros. Assim, o cruzamento desses fatores possibilitou a inclusão da demanda na agenda de decisão do Pronatec.

Corroborando a discussão, Dalfior et al. (2015) destacam o papel dos empreendedores de política (*policy entrepreneurs*) na promoção de determinadas propostas políticas, considerados elementos cruciais para o devido aproveitamento da janela de oportunidades. Ou seja, aqueles atores (Rede Federal, movimentos sociais, agentes externos, etc.) que atuavam na implementação e manutenção do PMM foram fundamentais para garantir sua inserção na agenda da política pública de inclusão social feminina, junto ao Pronatec.

Segundo Oliveira et al. (2016), além da vinculação do PMM ao Pronatec, novos elementos foram incorporados à ação. Um deles é o recebimento de bolsa no valor de R\$11,00, para as mulheres, por dia de aula assistida. Para a autora,

esse elemento tem seu lado positivo, quando se pensa na questão econômica das famílias das mulheres, mas, também, permite uma reflexão crítica no que diz respeito à frequência do curso, isto é, se essa, de fato, se dava em função da busca pela qualidade profissional e inserção no mundo do trabalho.

Damasceno (2017, p. 65) pontua dois outros elementos na ação de vinculação do PMM ao Pronatec. O primeiro está relacionado à forma de repasse dos recursos orçamentários e financeiros aos Institutos Federais, bem como à definição dos cursos e das mulheres beneficiárias; anteriormente, os recursos para o PMM eram previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), em rubrica própria. Por outro lado, “a definição dos cursos e o encaminhamento das mulheres para esses cursos passou a ser realizado pelas secretarias demandantes, no caso, as Secretarias Municipais de Assistência Social”.

Dessa forma, de acordo com Godinho (2004), as políticas públicas não podem ser setorializadas, mas, sim, implementadas de forma conjunta para a solução do problema público. O autor também pontua que o poder público enfrenta grandes desafios na construção, na elaboração e na implementação de políticas públicas de caráter permanente, que possibilitem modificar as desigualdades sociais, especificamente aquelas inerentes à questão de gênero, que permitam às mulheres rever sua condição de desigualdade, alterar relações de poder e o acesso aos direitos em sua dimensão social e política, bem como ampliar as bases de autonomia das mulheres. Para o autor, a implementação, em especial, de políticas de geração de emprego, visando à autonomia econômica feminina, precisa ser analisada e relacionar-se com outras políticas que incidem diretamente no cotidiano das mulheres, uma vez que, nas configurações atuais da divisão do trabalho, ainda permanece a contradição entre a entrada da mulher no mercado de trabalho e a manutenção das atividades domésticas sob sua responsabilidade.

Como destaca Godinho (2004, p. 60):

São políticas que precisam ser analisadas também por sua interferência no cotidiano do trabalho doméstico: a segunda refeição na escola, ampliação dos períodos escolares, oferta de vagas em educação infantil etc.

Relacionam-se diretamente à presença feminina no mercado trabalho do ponto de vista quantitativo e nas perspectivas de desenvolvimento profissional, além de serem indispensáveis para a existência de tempo livre, essencial para a construção da cidadania, tanto nos aspectos de cultura e lazer como de participação política. Tais políticas, ao mesmo tempo, possibilitam não apenas reduzir a desigualdade por meio da ampliação do acesso a serviços e direitos, mas também estender a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos e, neste sentido, rediscutir e colocar em cheque a responsabilidade atribuída às mulheres pela reprodução cotidiana. Elemento central do problema da divisão entre as esferas pública e privada tão debatida na origem do feminismo, esta é uma questão que, a meu ver, nem sempre tem sido reconhecida como tal por setores do feminismo. A legitimidade de políticas de educação infantil, e de cuidado infantil, é dada quase que de forma exclusiva pela ótica dos direitos da criança, muitas vezes desconsiderando sua relação direta com os direitos e necessidades das mulheres.

Alves e Corrêa (2009) salientam que as trajetórias das mulheres são muitos similares às dos homens em termos de acesso à educação e às opções profissionais e conjugais, o que amplia sua interação com o espaço público. No entanto, ressaltam que não há a mesma ampliação na participação do homem no espaço privado, ficando ainda, de forma cumulativa, as tarefas e responsabilidades sob o cuidado da mulher, definidas como a “economia do cuidado”.

Segundo Natividade (2009, p. 234), apesar de a nova ordem econômica ter favorecido a participação da mulher na economia, por meio de atividades que permitem colocar em prática os seus saberes, existem entraves e desafios nessa participação, como: “salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando a mesma posição profissional; os cuidados com espaço privado e alterações que vêm ocorrendo na estrutura familiar; o desemprego, participação elevada no mercado informal e em ocupações precárias e/ou sem remuneração, revelando a má qualidade das condições do trabalho feminino”.

No que diz respeito ao impacto da educação na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias, Barroso (2004, p. 575) relata que os

efeitos da educação se manifestam de formas variadas e destaca que o empoderamento das mulheres está diretamente associado a níveis de escolaridade mais elevados, pois “os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública”.

Nesse sentido, a melhoria do nível educacional feminino e sua capacitação profissional são consideradas condições básicas para a inserção no mercado de trabalho e geração de renda, com possibilidades de reduzir as desigualdades sociais e de gênero.

Metodologia

Este estudo foi elaborado baseando-se fundamentalmente em uma abordagem quantitativa, por meio do software PSPP. Os dados utilizados foram extraídos dos questionários do Perfil Socioeconômico e da Avaliação das Mulheres participantes dos cursos do PMM e do Pronatec, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus Barbacena, perfazendo um total de 260 questionários, nas turmas oferecidas nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2104.

Assim, inicialmente, foi realizada uma análise do perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres, por meio da estatística descritiva, visando comparar os dados nas duas gestões do programa: de 2011 a 2013, com recursos orçamentários disponibilizados diretamente às instituições para a execução do PMM, e de 2013 a 2014, com recursos disponíveis pelo Pronatec. As variáveis consideradas foram: idade da mulher, presença e número de filhos, tamanho da família e renda familiar, transferência do governo, ocupação feminina e escolaridade, participação no orçamento familiar e expectativas quanto ao programa.

Em seguida, procedeu-se à regressão logística binária, em que se definiu como variável dependente a variável categórica “trabalho”. Assim, buscou-se explicar a significância da inserção das mulheres no mercado de trabalho, em função do acesso a uma política pública específica e de sua mudança, considerando como características individuais das participantes as

seguintes variáveis: a) nível de escolaridade (1 = nunca frequentei; 2 = ensino fundamental incompleto; 3 = ensino fundamental completo; 4 = ensino médio incompleto; 5 = ensino médio completo; 6 = ensino superior incompleto; e 7 = ensino superior completo); b) presença de filhos (1 = sim; 0 = não); c) renda familiar (1 = até 1 salário mínimo; 2 = acima de 1 salário mínimo); e d) gestão do programa (Pronatec: 1 = sim; 0 = não).

Para o modelo de regressão logística binária, a variável resposta ou dependente do modelo tem distribuição de Bernoulli (ou binomial), sendo variável binária, dicotômica, que pode assumir dois valores mutuamente excludentes, em que, para o caso concreto, a variável Y assumiu os valores 1(um) e 0 (zero), correspondendo às denominações trabalha e não trabalha, respectivamente.

Para Hair (2009), a regressão logística é uma técnica estatística que é formada para explicar uma variável categórica binária (nominal ou não métrica), que representa uma relação multivariada com coeficientes, indicando o impacto relativo de cada variável.

Karam (2006, p. 53) destaca que a regressão logística tem uma abordagem probabilística e “é projetada para utilizar a combinação de variáveis predictoras contínuas e categóricas para prever uma variável de resultado categórico ou dependente”.

Souza et al. (2016) explicam a atribuição da codificação binária e a sua representação na regressão logística, a saber:

Na regressão logística, em geral, atribua-se o código um ao resultado de interesse, denominado sucesso, que representaria a presença de uma característica do evento, e zero ao evento complementar, denominado fracasso. A regressão logística é utilizada quando o objetivo é estabelecer uma relação entre uma variável resposta dicotômica e uma ou mais variáveis explicativas que podem ser tanto qualitativas como quantitativas (SOUZA et al., 2016, p. 14).

Segundo Hair (2009), sendo o objeto de estudo a probabilidade de ocorrência de um evento, o relacionamento das variáveis independentes se dá de forma linear nas probabilidades de log, e não nas probabilidades originais. Desse modo, a

equação de regressão logística é representada pelo modelo:

$$p_i = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 x_{1,i} + \dots + \beta_k x_{k,i})}}$$

Além da regressão logística, foi realizado o teste estatístico qui-quadrado (χ^2) de Pearson, visando examinar a associação entre o perfil socioeconômico das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil com “Acesso ao Trabalho” e com “Inserção no Pronatec”. Os dois grupos do fluxo político, antes (PMM 2011 e 2012) e após o Pronatec (PMM 2013 e 2014), foram identificados pela variável “Pronatec”, assim como “estar ou não trabalhando”, que foram associados com as mesmas variáveis escalares e/ou nominais (nível de escolaridade, presença de filhos e renda).

De acordo com Dancey (2006), o teste qui-quadrado (χ^2) de independência é uma medida de relacionamento ou associação que permite verificar se os dois grupos se comportam de forma semelhante ou não, de acordo com a diferença entre as frequências observadas em cada categoria. Possibilita verificar se uma amostra se desvia significativamente ou não da frequência esperada, devendo ser ressaltado que o resultado muito próximo de zero (0) implica a existência de uma semelhança significativa.

Para as análises propostas, o nível de significância adotado foi de 5% e o intervalo de confiança de 95%.

Resultados e discussão

Perfil socioeconômico pessoal e familiar das mulheres

Na Tabela 2 estão as frequências de algumas variáveis do Perfil Socioeconômico Pessoal e Familiar das Mulheres, comparando as duas formas de gestão do programa: a) Programa Mulheres Mil, no período de 2011 e 2012; e b) Pronatec – Programa Mulheres Mil, no período de 2013 e 2014.

Segundo os dados da Tabela 1, o perfil feminino nos períodos analisados é bastante homogêneo. A média de idade das egressas, nos quatro anos, encontrava-se entre 35 e 46 anos, mostrando ser um público já adulto e com

capacidade de inserção no mercado de trabalho, de construir família e, conseqüentemente, de aprimorar sua qualidade de vida.

Corroborando o resultado da análise, de acordo com Silva (2016), a maioria das mulheres atendidas pelo PMM possuía idade igual ou superior a 35 anos.

Em termos da composição familiar, o número médio de membros, em todos os anos, era de três, devendo ser destacado que mais de 80% das mulheres possuíam filhos, com uma média de um a dois filhos por mulher. A presença de filhos foi um dos problemas apresentados pelas mulheres para participarem do programa, pela dificuldade de não ter com quem deixá-los. A maioria das respondentes afirmou que seus filhos ficavam preferencialmente com o marido ou com a avó; quando não tinham esse apoio, elas eram obrigadas a levá-los, o que prejudicava sua participação no programa.

De acordo com Araújo (2015), das mulheres matriculadas no PMM, 25% têm apenas um filho, 27 % têm dois filhos, 15% têm três filhos, 5% têm quatro filhos e 7,5% têm acima de quatro filhos, o que corrobora os números encontrados na presente pesquisa.

Tabela 1 – Perfil Socioeconômico das Mulheres do PMM e do Pronatec, em Minas Gerais

| Variáveis | Unidade | PMM | | PRONATEC | |
|--|---------|------|------|----------|--------------|
| | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Média de idade | Anos | 35 | 38 | 38 | 40 |
| Presença de filhos | % | 86,7 | 85,7 | 87,9 | 100 |
| Filhos | nº | 1 | 2 | 2 | 2 |
| Média de membros da família | nº | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Nível de escolaridade: Ensino fundamental incompleto | % | 56,0 | 48,6 | 56,0 | 60,90% |
| Não trabalha | % | 61,3 | 48,6 | 39,6 | - * |
| Renda | SM** | 1,0 | 1,0 | 1 | De 0,5 a 2,5 |
| Benefício | % | 61,3 | 55,7 | 37,4 | 95,70 |
| Não participa no orçamento familiar | % | 66,7 | 54,3 | 70,3 | 47,8 |
| Expectativas: | | | | | |
| - Acesso ao emprego | % | 72,0 | 52,8 | 61,5 | 95,7 |
| - Elevação da escolaridade e acesso ao trabalho | | | | | |

Fonte: banco de dados do IF, Campus-Barbacena, MG, organizados e analisados pelos autores.

Legenda: * Não há dados disponíveis; e ** salário mínimo.

Os dados também evidenciaram que as mulheres, em geral, possuíam baixo nível de escolaridade (fundamental incompleto). Segundo elas, os principais motivos para deixar de estudar são a perda ou o falecimento dos pais, a gravidez precoce, as limitadas condições financeiras/aprendizagem, pois elas têm de trabalhar para ajudar em casa ou até cuidar dos irmãos/mãe, bem como a distância da escola em relação ao local onde viviam. Quando indagadas sobre a participação em algum curso de capacitação profissional, em torno de um terço respondeu ter participado, preferencialmente, nos seguintes cursos: informática, cozinha (salgadeira, padeira, confeitaria e doceira), costura e cuidador de idoso.

Silva (2016) também destacou a presença de 45,5% das mulheres participantes do PMM com o ensino fundamental incompleto, caracterizando o perfil do público de baixa escolaridade que o programa teria que atender.

Essa limitada escolaridade trazia problemas para a inserção no mercado de trabalho, estando a maioria das mulheres desempregada e, portanto, sem condições de contribuir financeiramente com o orçamento doméstico; somente 29,7% do segmento feminino, em 2013, afirmou ter contribuído para custear os gastos familiares. As mulheres que trabalhavam estavam preferencialmente inseridas no mercado informal, ou como donas de casa, exercendo trabalho por conta própria, como faxineira, diarista, salgadeira,

vendedora de sorvete, cabeleireira e manicure, empregada doméstica, cuidador de idoso, babá, serviços gerais, auxiliar de costura, facilitadora de oficina, camareira, confeitaria e também zeladora.

Houve casos de essas mulheres estarem como referência do provento familiar, basicamente no caso de separação ou viuvez, embora o principal provedor pelo sustento familiar ainda fosse o marido, ligado à construção civil (pedreiro e servente) e às atividades do setor de serviços (operador de máquinas, garçom, porteiro, comerciante, motorista, caseiro, frentista, montador de móveis, auxiliar de graxaria, abatedouro, mantenedor de via, de produção, etc.) É importante destacar que, em 2013, grande parcela das mulheres também disse ser responsável pelo sustento familiar (31 mulheres), enquanto 38 das restantes disseram ser o marido, exercendo as funções de pedreiro, servente, motorista, fiscal de ônibus, cozinheiro, serviços gerais, lanterneiro, operador de forno, dentre outros.

No geral, as famílias possuíam uma renda média que não ultrapassava a um salário mínimo, exceto no caso de 2014, uma vez que a maioria das respostas das mulheres foi de que a renda familiar mensal variava de R\$261,00 a R\$1.821,00 (de 0,5 a 2,5 SM). Foram contatados casos de a família fazer uso dos benefícios/ transferências do governo, como estratégia de sobrevivência, principalmente, por meio das aposentadorias/

pensões, além da Bolsa Família (acima de 30%, em todos os anos).

De acordo com Silva (2016), a maioria das mulheres atendidas pelo PMM desenvolve algum tipo de atividade sem a devida proteção social, destacando a elevação do número de mulheres que declararam ser as principais responsáveis pelo sustento da família, como relatado:

A maioria das mulheres não é responsável pela principal fonte de renda da família (72%, em 2012 e 62%, em 2013). Destaque-se que a autonomia econômica é um dos pontos considerados importantes na política pública para mulheres. Ressalto, aqui, a elevação do número de mulheres atendidas no ano de 2013 que se declararam principais responsáveis pelo sustento da família. Este é um dado importante e que pode se articular à questão da permanência no programa, pois são mulheres que sustentam o lar (SILVA, 2016, p. 75).

Porém, é importante ressaltar que, no geral, as mulheres disseram possuir alguma habilidade, com capacidade de gerar renda, como:

cozinhar, arrumar e faxinar/serviço de limpeza, artesanato/trabalhos manuais, vendedora, salões de beleza (cabeleireira e manicure), zeladora, babá e serviços gerais. Algumas afirmaram já ter trabalhado em restaurantes, hotéis, lanchonetes, entre outros. É possível perceber que, em todos os anos, independentemente da forma de gestão do programa (PMM ou Pronatec), as mulheres citaram muito a área da culinária como habilidade e, até mesmo, como experiência de trabalho, ou seja, essa era uma área comum para todas. Além disso, a maioria das mulheres, nas duas gestões do programa, tinha expectativas positivas quanto a ele, em termos de conseguir emprego a partir dos cursos realizados, elevar a escolaridade e qualificar-se para o mercado de trabalho.

Regressão logística

Na Tabela 2 estão os resultados da regressão logística binária, entre o acesso ao trabalho e variáveis que contemplam o perfil feminino.

Tabela 2 – Resultados da regressão logística binária entre acesso ao trabalho e perfil feminino

| Variável | Frequência | | β | P |
|---------------------------------|------------|-----|---------|--------|
| | Sim | Não | | |
| Ensino fundamental incompleto | 138 | 101 | | 0,050* |
| Ensino fundamental completo | 37 | 202 | 0,77 | 0,076 |
| Ensino médio incompleto | 30 | 209 | 1,52 | 0,014* |
| Ensino médio completo | 34 | 205 | 1,39 | 0,035* |
| Renda até 1 salário mínimo | 93 | 152 | | 0,047* |
| Renda de 2 a 5 salários mínimos | 152 | 93 | 0,71 | 0,047* |
| Filhos | 210 | 102 | -0,4 | 0,944 |
| Pronatec | 102 | 134 | -23 | 0,488 |

* Nível de significância.

Fonte: dados da pesquisa.

Para as análises demonstradas na Tabela 1, verifica-se que as variáveis “ensino fundamental completo, filhos e Pronatec não são estatisticamente significantes para que a participante do PMM esteja ou não trabalhando, ou seja, não estão relacionadas entre si. Os resultados apresentam valores que excedem o nível de significância proposto, que, por convenção, seria menor que 0,05.

No que se refere às variáveis estatisticamente significantes, para o nível de escolaridade, tem-se as variáveis ensino fundamental incompleto

(0,050), ensino médio incompleto (0,014) e ensino médio completo (0,035). Sendo assim, os níveis de significância apresentados indicam que essas variáveis estão estatisticamente relacionadas como o acesso feminino ao mercado de laboral. Quanto às variáveis relativas à renda familiar, tem-se o nível de significância na ordem de 0,047, para ambas as variáveis, indicando, assim, que a inserção da mulher no mercado de trabalho interfere diretamente no rendimento familiar, conforme valores positivos de beta (0,71).

Corroborando os dados demonstrados, Baylão e Schettino (2014) destacam que o aumento da renda familiar, principalmente de famílias de média e baixa renda, é diretamente influenciado pela participação da mulher no mercado de trabalho.

Os meios tradicionais de sustento de uma família e a realização profissional e pessoal da humanidade no século XXI têm sofrido mudanças diárias e cada vez mais frequentes e constantes. As famílias de média e baixa renda têm a necessidade de ter tanto o homem quanto a mulher no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar, que mesmo assim, em vários casos não é suficiente (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014, p. 2).

Assim, os autores supracitados reconhecem a importância do acesso da mulher ao mercado de trabalho, como forma de ampliar e diversificar o rendimento familiar, elevando o nível de sobrevivência.

Associação entre perfil Feminino e as variáveis “trabalho” e “Pronatec”

Na Tabela 3 estão os resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis relacionadas à análise proposta neste estudo com o acesso ao trabalho.

Tabela 3 – Resultados obtidos no teste χ^2 aplicado aos pares de variáveis, em relação à variável trabalho

| Variáveis | | Trabalho | | | | x2 (p-valor) |
|-------------------------------|-------|----------|-------|-----|-------|-----------------|
| | | Sim | | Não | | |
| | | N | % | N | % | |
| Escolaridade Feminina | | | | | | |
| Nunca frequentei | (sim) | 0 | 0 | 3 | 100 | 0,355 |
| | (não) | 53 | 22,27 | 185 | 77,73 | |
| Ensino fundamental incompleto | (sim) | 32 | 23,19 | 106 | 76,81 | 0,577 |
| | (não) | 21 | 20,19 | 83 | 79,81 | |
| Ensino fundamental completo | (sim) | 5 | 13,51 | 32 | 86,49 | 0,180 |
| | (não) | 48 | 23,41 | 157 | 76,59 | |
| Ensino médio incompleto | (sim) | 4 | 13,33 | 26 | 86,87 | 0,225 |
| | (não) | 49 | 23,11 | 163 | 86,24 | |
| Ensino médio completo | (sim) | 12 | 35,29 | 22 | 64,71 | 0,042* |
| | (não) | 41 | 19,71 | 167 | 88,36 | |
| Ensino superior incompleto | | | | | | |
| Ensino superior completo | | | | | | |
| Filhos | | | | | | |
| | (sim) | 48 | 22,02 | 170 | 77,98 | 0,902 |
| | (não) | 6 | 23,08 | 20 | 76,92 | |
| Renda Familiar | | | | | | |
| Até 1 salário mínimo | (sim) | 15 | 16,13 | 78 | 83,87 | 0,81 |
| | (não) | 39 | 25,66 | 113 | 74,34 | |
| De 1 a 2 salários mínimos | (sim) | 33 | 23,24 | 109 | 76,76 | 0,595 |
| | (não) | 21 | 20,39 | 82 | 79,61 | |
| 2 a 5 salários mínimos | (sim) | 6 | 60 | 4 | 40 | 0,03* |
| | (não) | 48 | 20,43 | 187 | 79,57 | |
| De 5 a 10 salários mínimos | | | | | | |
| Acima de 10 salários mínimos | | | | | | |

N = quantidade de respondentes. * Nível de significância.

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com os dados contidos na Tabela 3, verifica-se a existência de uma associação em relação ao nível de escolaridade e trabalho com vínculo empregatício ou próprio, ou seja, uma melhor condição de escolaridade interfere significativamente na inserção e/ou permanência no trabalho ou manutenção de um empreendimento próprio.

Corroborando o nível de significância do ensino médio completo para o trabalho, representado por $p = 0,042$, Filho (2018) argumenta que

[...] apesar das diferenças de salário com relação em ensino fundamental terem declinado significativamente na última década, em função do aumento da oferta e do crescimento real do salário mínimo, vale a pena concluir o ensino médio, por três motivos. Existe ainda um diferencial salarial de 59% com relação aos que param de estudar no ensino fundamental. A taxa de desemprego é substancialmente menor entre os que concluem o ensino

médio. Finalmente, para cursar o ensino superior, que traz os maiores retornos salariais e a menor taxa de desemprego, é necessário ter concluído o ensino médio (FILHO, 2018, p. 1).

No caso da frequência cruzada entre as variáveis trabalho e presença de filhos, o índice de significância foi superior ao limite de 0,05 estabelecido. Com isso, infere-se que não há associação entre as variáveis analisadas.

Nas variáveis que correspondem à renda familiar, identificou-se maior frequência na faixa correspondente de dois a cinco salários mínimos, em relação à variável trabalho. Essa significância se explica em relação ao total de 60% da frequência cruzada entre trabalho “sim” e renda familiar de dois a cinco salários mínimos “sim”.

Em seguida, constatou-se a associação entre as variáveis do perfil feminino e a forma de gestão do programa (Tabela 4).

Tabela 4 – Resultado do teste χ^2 quanto à associação entre perfil feminino a variável Pronatec

| Variáveis | | Pronatec | | | | χ^2 (p-valor) |
|-------------------------------|-------|----------|-------|-----|-------|-----------------------|
| | | Sim | | Não | | |
| | | N | % | N | % | |
| Escolaridade Feminina | | | | | | |
| Nunca frequentei | (sim) | 0 | 0 | 3 | 100 | 0,130 |
| | (não) | 109 | 43,60 | 141 | 56,40 | |
| Ensino fundamental incompleto | (sim) | 68 | 46,26 | 79 | 53,74 | 0,207 |
| | (não) | 41 | 38,32 | 66 | 61,68 | |
| Ensino fundamental completo | (sim) | 18 | 47,37 | 20 | 52,63 | 0,546 |
| | (não) | 81 | 42,13 | 125 | 57,87 | |
| Ensino médio incompleto | (sim) | 9 | 28,13 | 23 | 71,88 | 0,071 |
| | (não) | 100 | 45,05 | 122 | 54,95 | |
| Ensino médio completo | (sim) | 14 | 41,18 | 20 | 58,82 | 0,826 |
| | (não) | 95 | 43,18 | 125 | 56,82 | |
| Ensino superior incompleto | | | | | | |
| Ensino superior completo | | | | | | |
| Filhos | | | | | | |
| | (sim) | 103 | 45,18 | 125 | 54,82 | 0,904 |
| | (não) | 8 | 28,57 | 20 | 71,43 | |
| Renda Familiar | | | | | | |
| Até 1 salário mínimo | (sim) | 53 | 56,99 | 40 | 43,01 | 0,03* |
| | (não) | 59 | 37,82 | 97 | 82,18 | |
| De 1 a 2 salários mínimos | (sim) | 52 | 35,62 | 94 | 64,38 | 0,00* |
| | (não) | 60 | 58,25 | 43 | 41,75 | |
| 2 a 5 salários mínimos | (sim) | 7 | 70 | 3 | 30 | 0,105 |
| | (não) | 105 | 43,93 | 134 | 56,07 | |
| De 5 a 10 salários mínimos | | | | | | |
| Acima de 10 salários mínimos | | | | | | |

N = quantidade de respondentes. * Nível de significância.

Fonte: dados da pesquisa.

No caso de frequência cruzada entre as variáveis Pronatec e escolaridade, bem como Pronatec e presença de filhos (Tabela 3), tem-se que todos os índices de significância foram superiores ao limite de 0,05 estabelecido. Com isso, infere-se que não há associação entre as variáveis analisadas.

Por outro lado, em relação à variável renda da família e os momentos diferentes de atuação da política pública, os dados demonstram existir uma associação, com nível de significância 0,0 e 0,03%, entre as faixas de renda familiar que vão de até 1 salário mínimo e de 1,0 a 2,0, respectivamente, indicando que tanto a gestão do Pronatec quanto a do PMM estão associadas estatisticamente às mulheres cujas rendas familiares sejam menores (até 1,0 SM e de 1,0 a 2,0 SM). No entanto, questiona-se porque o nível de significância entre estar no Pronatec se dá em uma situação de renda familiar de menor valor. Estaria o Pronatec privilegiando mulheres com renda familiar mais baixa? Os critérios de renda da família, para ingresso no programa, nos dois momentos seriam distintos?

De acordo com o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, de 20115, no período de 2011 e 2012 (não Pronatec), a seleção era realizada por meio de edital, sendo a inscrição feita pela própria mulher interessada, e a classificação era realizada pela equipe multidisciplinar, por meio de avaliação dos documentos e do questionário socioeconômico, com uma entrevista, processo este de caráter classificatório.

Damasceno (2017) ressalta os critérios de seleção, confirmando que

[...] foram selecionadas as mulheres que atendem ao perfil de vulnerabilidade social estabelecido pelo Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito proposto pelo MEC e questionário socioeconômico elaborado pelo campus, que definia como critério ser a mulher oriunda de família de baixa renda, com renda familiar per capita até $1/2$ salário mínimo (DAMASCENO, 2017, p. 76).

No período de 2013 e 2014, sob a égide do Pronatec, a seleção das participantes, por definição legal, era feita entre os usuários dos Centros

de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo como base o Cadastro Único (Cad-Único) do Programa Bolsa Família.

Com esses argumentos empíricos, pode-se afirmar que o nível de associação se explica, considerando a alteração dos critérios que envolvem a seleção das participantes pelo Pronatec. Essa alteração permitiu que o público-alvo, mulheres com renda familiar *per capita* mais baixa, fosse inserido na política pública educacional, atendendo inclusive a um dos objetivos do PMM. Assim, infere-se que a forma de ingresso instituída pelo Pronatec tem mais relevância que o modelo de seleção proposto anteriormente.

Considerações finais

Os resultados obtidos permitem concluir que o público feminino é bastante homogêneo, independentemente do processo de gestão do programa, embora, estatisticamente, a gestão por meio do Pronatec esteja associada, preferencialmente àquelas famílias de menor renda (até 1,0 SM), o que pode ser um indicativo de que a forma de ingresso instituída pelo Pronatec tende a ser mais inclusiva, comparada à do modelo de seleção anteriormente utilizado (PMM). Além disso, pelo teste χ^2 , constatou-se existe uma associação em relação ao nível de escolaridade feminina e ao acesso ao trabalho com vínculo empregatício ou próprio, de onde se conclui que uma melhor condição de escolaridade interfere significativamente na inserção e/ou permanência no mercado de trabalho, ou mesmo na manutenção de um empreendimento próprio. Relação semelhante foi observada para a renda familiar, ou seja, o acesso ao mercado laboral está associado estatisticamente com a faixa de renda da família, principalmente para aquelas cujos rendimentos são de dois a cinco salários mínimos

No que se refere aos resultados da regressão logística binária, encontrou-se a existência de relação, estatisticamente significativa, entre acesso ao trabalho, renda familiar e grau de escolaridade da mulher.

Assim, pode-se concluir que é significativa a vinculação do PMM ao Pronatec em relação à variável renda familiar, ou seja, a alteração do fluxo político do PMM elevou o número de mulheres ingressantes, principalmente na faixa com renda familiar de até um salário mínimo, o que

⁵ Disponível em: <<http://fc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-aces-so-permanencia-e-exito.pdf>>.

contribui para o cumprimento de um dos objetivos do PMM, que é a inserção da mulher em situação de vulnerabilidade social no programa, objetivando promover, além da capacitação profissional, a elevação da escolaridade, qualificando-a para concorrer no mercado de trabalho.

Conclui-se também, pela regressão logística, que a inserção da mulher no mercado laboral não depende do processo de gestão do programa, mas de variáveis do perfil pessoal e familiar feminino, especificamente do nível de escolaridade da mulher e da renda da família, que propiciam aumento das capacidades e oportunidades sociais.

Referências

- ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sônia. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas: Abep, 2009. p. 121-223
- ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serv. Soc. Soc**, n. 106, p. 219-240, 2011.
- ARAÚJO, S. M. P. **Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- BARROSO, Carmen. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 573-582, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- BAYLÃO, André Luís da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. In: SEGeT-SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11., Resende, RJ. **Anais...** Resende, RJ, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: SETEC, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Pronatec. Brasil Sem Miséria. Mulheres Mil. 2014**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação Profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional**. 2015, 160 f. Tese de doutorado/ Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília, 2015
- CORCETTI, B.; SOUZA, S. P.; LORETO, M. D. S. O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 911-943, 2018.
- DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. **Saúde Debate**, v. 39, n. 104, p. 210-225, 2015
- DAMASCENO, Patrícia. **O Programa Mulheres Mil pela via Trabalho e Educação: Uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) –, Universidade Federal de Ceará. Fortaleza, 2017.
- DANCEY, Christine P. **Estatística sem matemática para psicólogos**. Tradução: Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FILHO. Naércio Menezes. **A escolaridade e a relação com emprego e salário**. Disponível em: <<http://www.buscajovem.org.br/noticias/artigo-a-escolaridade-e-a-relacao-com-emprego-e-salario>>. Acesso em: 01 fevereiro fev. 2018.
- GODINHO, Tatau. Construindo a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Política públicas e Igualdade de Gênero**. 8. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 55-64.
- HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

- KARAM, Karine de Almeida **Regressão logística: um modelo de risco de cancelamento de clientes**. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policy**. 2. ed. Boston: Little, 1984.
- LAGOS, Márcia Beralfo. **“Palmas para Mulheres Mil” em comunidades quilombolas: a participação do IFPR – campus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.
- MENDES E SILVA, Tássia. **A educação profissional e a política pública mulheres mil: a implementação no âmbito do IFMA em São Luís**. 2015. 102 f.. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista. Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231-256, fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100011&lng=en&rm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **Programa mulheres mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces com a educação e o trabalho**. 2013. 157 fl. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Sergipe, 2013.
- OLIVEIRA, Lusandra Almeida de; VIEIRA, Cristiane Maria; FELDENS, Dinamara Garcia. O avanço do Programa Mulheres Mil com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 3, n. 2, p. 251-260, 2016.
- PREZOTTI FILHO, Paulo Roberto. Programas Educacionais com recorte de gênero em Guarapari (ES): Caminhos da Inclusão para o mundo do trabalho? In: ANPAD, 38, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.
- REIS, Suzéte da Silva; FREITAS, Priscila de. A inserção da mulher no mercado de trabalho e a ampliação da participação social no espaço público. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2016. p. 1-16. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14719>><http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14719>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- RIBEIRO, Letícia Érica Gonçalves. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender política**. Instituto de Gestão Economia e Política. Ebook, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2018.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013.
- SILVA, Cleonice Maria da. **Formação de trabalhadoras: o programa mulheres mil sob o olhar de suas educadoras**. 2016. 157 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Lavras, Lavras: UFLA, 2016. 157 p.
- SILVEIRA, Tatiana Teixeira; SILVEIRA, Viviane Teixeira. **Governamentalidade neoliberal e política política social de inclusão e de gênero na educação profissional e tecnológica: O Programa Mulheres Mil**. 2014. Disponível em: <<http://www.senept.cefetmg.br/http://www.senept.cefetmg.br>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- SOUZA, Bruna Moares de et al. Análise de fidelização de clientes no segmento de seguros utilizando o método de regressão logística. **Revista Mackenzie de Engenharia e Computação**, v. 15, n. 1, 2016.